


EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA BNCC: DESAFIOS E PRÁTICAS INCLUSIVAS

 <https://doi.org/10.56238/arev7n4-097>

Data de submissão: 09/03/2025

Data de publicação: 09/04/2025

Cilene Ferreira dos Santos Silva

Doutoranda em Ciências da Educação
Instituição: Universidad del Sol (UNADES)

Jane do Socorro Rodrigues de Almeida

Doutoranda em Ciências da Educação
Universidad del Sol (UNADES)

Simone Silva Simas

Doutoranda em Ciências da Educação
Universidad Autónoma de Asunción (UAA)

Deyvis dos Santos Costa de Castro

Doutorando em Administração Pública
Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP)

Jonas Bezerra da Costa

Doutorando em Ciências da Educação
Universidad Tecnológica Intercontinental (UTIC)

Sirleia Bacelar Araújo da Silva

Doutoranda em Ciências da Educação
Universidad Tecnológica Intercontinental (UTIC)

Tami Ribeiro dos Santos Lacerda

Doutoranda em Ciências da Educação
Universidad Tecnológica Intercontinental (UTIC)

Samara Ferreira da Silva

Doutoranda em Ciências da Educação
Universidad Tecnológica Intercontinental (UTIC)

Kátia Maria de Aguiar Freire

Doutoranda em Ciências da Educação
Universidad Tecnológica Intercontinental (UTIC)

Raimundo Alves dos Reis Neto

Mestre em Recursos Naturais
Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Ilnete Ferreira Brazão Rabelo

Mestranda em Ciências da Educação
Universidad Tecnológica Intercontinental (UTIC)

Clivia Patrícia Dias Quaresma

Mestranda em Ciências da Educação
Universidad Tecnológica Intercontinental (UTIC)

RESUMO

O artigo discute a interseção entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a educação especial e inclusiva, destacando os avanços e os desafios para a implementação de uma educação verdadeiramente equitativa no Brasil. A BNCC, ao estabelecer as aprendizagens essenciais para todos os estudantes, reforça o compromisso com a inclusão e a diversidade, propondo práticas pedagógicas que respeitem as singularidades de cada aluno. No entanto, a efetivação desses princípios enfrenta obstáculos significativos, como a falta de infraestrutura adequada, a formação insuficiente dos professores e a resistência cultural à inclusão. O artigo aborda esses desafios em três dimensões: estruturais, pedagógicos e culturais, destacando a necessidade de adaptações curriculares, avaliações inclusivas e o uso de tecnologias assistivas. O papel do professor e da gestão escolar é enfatizado, com recomendações para a formação continuada e a gestão democrática como ferramentas essenciais para a promoção da inclusão. Por fim, o artigo oferece recomendações para gestores, professores e formuladores de políticas públicas, destacando a importância do financiamento adequado, da formação docente e da criação de redes de apoio. Conclui-se que, embora a BNCC represente um avanço significativo, sua implementação requer um esforço coletivo para superar os desafios e garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos.

Palavras-chave: BNCC. Educação Inclusiva. Diretrizes Curriculares. Educação Especial. Gestão Escolar.

1 INTRODUÇÃO

A educação especial e inclusiva tem sido um dos eixos centrais das discussões contemporâneas sobre políticas públicas educacionais no Brasil. Com o advento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017, o país deu um passo significativo no sentido de garantir uma educação equitativa e de qualidade para todos os estudantes, independentemente de suas particularidades físicas, intelectuais, sociais ou culturais. A BNCC, enquanto documento normativo, estabelece as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica, reforçando o compromisso com a inclusão e a diversidade. No entanto, a implementação dessas diretrizes no contexto da educação especial ainda enfrenta desafios estruturais, pedagógicos e culturais que demandam reflexão e ação por parte dos gestores educacionais, professores e demais atores envolvidos no processo educativo.

Este artigo tem como objetivo analisar a educação especial na perspectiva da BNCC, identificando os principais desafios e as práticas inclusivas que podem contribuir para a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva. Para tanto, realiza-se uma revisão bibliográfica que integra documentos oficiais, como a BNCC, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), além de estudos acadêmicos que discutem a temática da educação inclusiva no contexto brasileiro. A revisão de literatura permitirá compreender como a BNCC dialoga com as demandas da educação especial, bem como apontar caminhos para superar os obstáculos que ainda persistem na prática escolar.

A relevância deste estudo reside na necessidade de alinhar as políticas públicas educacionais às reais necessidades dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, garantindo-lhes não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso na escola regular. Além disso, o artigo busca contribuir para a reflexão sobre o papel da gestão escolar e dos professores na promoção de práticas pedagógicas inclusivas, destacando a importância da formação continuada, da adaptação curricular e da criação de ambientes escolares acolhedores e respeitosos.

A gestão escolar desempenha um papel fundamental nesse processo, atuando como mediadora entre as políticas públicas e a prática pedagógica. Um gestor comprometido com a inclusão deve não apenas garantir a implementação das diretrizes da BNCC, mas também fomentar uma cultura escolar que valorize a diversidade e promova a participação de todos os membros da comunidade escolar. Nesse sentido, a gestão democrática e participativa surge como uma estratégia essencial para a construção de uma escola inclusiva, na qual as decisões são tomadas coletivamente e as diferenças são vistas como oportunidades de aprendizagem e crescimento.

As políticas públicas educacionais, por sua vez, têm o papel de fornecer as condições necessárias para que a inclusão seja efetivada. Isso inclui a garantia de recursos financeiros, a formação adequada dos profissionais da educação e a disponibilização de tecnologias assistivas e outros recursos pedagógicos. No entanto, é preciso reconhecer que, embora avanços significativos tenham sido alcançados nos últimos anos, ainda há um longo caminho a percorrer para que a educação inclusiva se torne uma realidade em todas as escolas brasileiras. A BNCC, nesse contexto, representa uma ferramenta importante, mas sua efetivação depende de um esforço conjunto entre governos, escolas, famílias e sociedade.

Por fim, é importante destacar que a educação inclusiva não se limita à inclusão de alunos com deficiência no ensino regular. Trata-se de uma abordagem mais ampla, que visa garantir o direito à educação para todos os estudantes, respeitando suas singularidades e promovendo o desenvolvimento integral de cada um. Nesse sentido, a BNCC, ao estabelecer competências e habilidades comuns a todos os alunos, reforça a ideia de que a diversidade é um valor a ser celebrado e não um problema a ser resolvido. Este artigo busca, portanto, contribuir para essa discussão, oferecendo reflexões e subsídios que possam auxiliar na construção de uma educação mais justa, equitativa e inclusiva.

A metodologia adotada consiste em uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo, com base em autores referenciais da área da educação, documentos normativos e pesquisas recentes que abordam a interseção entre a BNCC e a educação especial. Espera-se que este trabalho possa oferecer subsídios teóricos e práticos para a construção de uma escola mais inclusiva, alinhada aos princípios da equidade e da garantia de direitos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação especial e inclusiva no Brasil tem sido alvo de intensas discussões e transformações ao longo das últimas décadas, especialmente com a promulgação de leis e diretrizes que visam garantir o direito à educação para todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou sociais. Nesse contexto, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) emerge como um documento fundamental, pois estabelece as aprendizagens essenciais que devem ser garantidas a todos os alunos da Educação Básica, reforçando o princípio da equidade e da inclusão (Brasil, 2017). Para compreender a relação entre a BNCC e a educação especial, é necessário revisitar os marcos legais e teóricos que fundamentam essa discussão, bem como analisar como a BNCC se insere nesse panorama.

Este capítulo está organizado em três eixos principais: o breve histórico da BNCC, os conceitos e marcos legais da educação especial e inclusiva, e a interseção entre a BNCC e a educação inclusiva.

A partir dessa análise, busca-se compreender como a BNCC pode ser uma ferramenta para a promoção de práticas pedagógicas inclusivas, alinhadas às necessidades dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

2.1 BREVE HISTÓRICO DA BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que define as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo da Educação Básica, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Sua construção foi um processo longo e complexo, marcado por debates, consultas públicas e revisões, que culminaram em sua homologação em 2017 (Brasil, 2017). A BNCC surge como uma resposta às demandas por uma educação mais equitativa e de qualidade, alinhada às diretrizes internacionais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que incluem a garantia de uma educação inclusiva e equitativa para todos (UNESCO, 2015).

O processo de elaboração da BNCC teve início em 2015, sob a coordenação do Ministério da Educação (MEC), e contou com a participação de especialistas, professores, gestores e representantes da sociedade civil. Durante sua construção, foram realizadas duas consultas públicas, que receberam milhares de contribuições de todo o país, evidenciando o caráter democrático e participativo do processo (Brasil, 2017). A BNCC foi organizada em competências gerais e habilidades específicas, com o objetivo de promover o desenvolvimento integral dos estudantes, preparando-os não apenas para o mercado de trabalho, mas também para o exercício da cidadania e a vida em sociedade.

Um dos aspectos mais inovadores da BNCC é sua ênfase na inclusão e na diversidade. O documento reconhece que os estudantes têm diferentes ritmos, interesses e necessidades de aprendizagem, e propõe que as escolas adotem práticas pedagógicas que respeitem essas diferenças, garantindo que todos tenham acesso às aprendizagens essenciais (Brasil, 2017). Nesse sentido, a BNCC representa um avanço significativo em relação aos currículos anteriores, que muitas vezes não consideravam as especificidades dos alunos com deficiência ou outras necessidades educacionais especiais.

2.2 PRINCÍPIOS NORTEADORES: EQUIDADE, INCLUSÃO E GARANTIA DE APRENDIZAGENS ESSENCIAIS

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) está alicerçada em princípios fundamentais que orientam sua proposta pedagógica e sua implementação nas escolas brasileiras. Entre esses princípios, destacam-se a equidade, a inclusão e a garantia de aprendizagens essenciais, os quais refletem o

compromisso com uma educação que valoriza a diversidade e busca garantir o direito de aprender a todos os estudantes, sem exceção (Brasil, 2017). Esses princípios não apenas fundamentam a BNCC, mas também dialogam diretamente com as demandas da educação especial e inclusiva, reforçando a necessidade de práticas pedagógicas que respeitem as singularidades de cada aluno.

O princípio da equidade vai além da igualdade de oportunidades, pois reconhece que os estudantes possuem necessidades, ritmos e contextos de aprendizagem distintos. Enquanto a igualdade pressupõe tratar todos da mesma forma, a equidade propõe oferecer a cada um o suporte necessário para que possa alcançar seus objetivos educacionais (Mantoan, 2015). Na BNCC, a equidade se traduz na flexibilização curricular, na adaptação de metodologias e na oferta de recursos que permitam a participação efetiva de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação (Brasil, 2017).

Já o princípio da inclusão está intrinsecamente ligado à ideia de que a escola deve ser um espaço acolhedor e respeitoso, no qual a diversidade é valorizada e celebrada. A inclusão não se limita à matrícula de alunos com deficiência na escola regular, mas envolve a criação de condições para que todos possam aprender e se desenvolver de forma plena (Mantoan, 2015). A BNCC reforça esse princípio ao estabelecer que as práticas pedagógicas devem ser planejadas considerando as necessidades específicas de cada estudante, promovendo a participação ativa e o engajamento de todos (Brasil, 2017).

Por fim, a garantia de aprendizagens essenciais é um dos pilares centrais da BNCC. O documento define um conjunto de conhecimentos, habilidades e competências que todos os estudantes devem desenvolver ao longo da Educação Básica, independentemente de suas condições pessoais ou sociais (Brasil, 2017). Esse princípio assegura que nenhum aluno seja deixado para trás, reforçando o compromisso com uma educação de qualidade para todos. Para os alunos da educação especial, isso implica a necessidade de adaptações curriculares e estratégias pedagógicas que garantam o acesso às aprendizagens essenciais, sem perder de vista suas particularidades (Mantoan, 2015).

2.3 COMO A BNCC ABORDA A DIVERSIDADE E A EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece a diversidade como um valor fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Nesse sentido, o documento estabelece diretrizes que visam garantir o respeito às diferenças e a promoção de práticas pedagógicas que atendam às necessidades de todos os estudantes, incluindo aqueles da educação especial (Brasil, 2017). A BNCC não apenas afirma o direito à educação para alunos com deficiência, transtornos

globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, mas também propõe estratégias para que esses alunos possam participar plenamente do processo educativo.

Um dos aspectos mais relevantes da BNCC no que diz respeito à educação especial é a flexibilização curricular. O documento prevê que as escolas devem realizar adaptações necessárias para garantir que todos os alunos tenham acesso às aprendizagens essenciais, respeitando seus ritmos e condições específicas (Brasil, 2017). Isso inclui a utilização de recursos pedagógicos diferenciados, como tecnologias assistivas, e a implementação de práticas que promovam a participação ativa dos estudantes com deficiência em todas as atividades escolares (Mantoan, 2015).

Além disso, a BNCC destaca a importância da colaboração entre os profissionais da educação para a promoção da inclusão. O trabalho em equipe, envolvendo professores, gestores e profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE), é essencial para criar um ambiente escolar acolhedor e inclusivo (Brasil, 2017). O AEE, em particular, desempenha um papel crucial ao oferecer suporte especializado e complementar ao trabalho realizado em sala de aula, garantindo que os alunos com deficiência possam superar barreiras e alcançar seus objetivos educacionais (Mantoan, 2015).

A BNCC também aborda a diversidade por meio de suas competências gerais, que orientam o desenvolvimento integral dos estudantes. A Competência 10, por exemplo, enfatiza a importância da responsabilidade e da cidadania, incentivando os alunos a respeitar e valorizar as diferenças, promovendo a empatia e o diálogo (Brasil, 2017). Essa competência está diretamente relacionada à educação inclusiva, pois reforça a ideia de que a escola deve ser um espaço de convivência democrática, no qual todos são respeitados e têm voz.

Outro ponto relevante é a ênfase da BNCC na avaliação inclusiva. O documento propõe que as avaliações sejam adaptadas às necessidades dos alunos, garantindo que todos possam demonstrar suas aprendizagens de forma justa e significativa (Brasil, 2017). Isso implica a utilização de instrumentos e critérios avaliativos que considerem as particularidades de cada estudante, evitando práticas que possam excluir ou marginalizar aqueles que não se enquadram em padrões convencionais (Mantoan, 2015).

Por fim, a BNCC reforça a importância da formação continuada dos professores como um elemento essencial para a efetivação da educação inclusiva. O documento sugere que os profissionais da educação devem estar preparados para lidar com a diversidade em sala de aula, adotando práticas pedagógicas que promovam a inclusão e o respeito às diferenças (Brasil, 2017). Essa formação deve incluir não apenas conhecimentos teóricos, mas também estratégias práticas que possam ser aplicadas no cotidiano escolar.

2.4 EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: CONCEITOS E MARCOS LEGAIS

A educação especial é uma modalidade de ensino que visa atender às necessidades educacionais específicas de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Seu objetivo é garantir que esses alunos tenham acesso a recursos, metodologias e estratégias pedagógicas adaptadas, que permitam seu desenvolvimento pleno e sua participação efetiva no processo educativo (Brasil, 2008). Já a educação inclusiva vai além da educação especial, pois propõe a transformação do sistema educacional como um todo, de modo que todas as escolas estejam preparadas para receber e atender a diversidade de seus estudantes, sem exclusão ou segregação (Mantoan, 2015).

Enquanto a educação especial tradicionalmente se concentrava em espaços segregados, como escolas e classes especiais, a educação inclusiva defende a matrícula de todos os alunos na escola regular, com o suporte necessário para que possam aprender e se desenvolver em igualdade de condições (Mantoan, 2015). A inclusão, portanto, não se limita à presença física do aluno na escola, mas envolve a criação de condições para que ele participe ativamente de todas as atividades escolares, respeitando suas singularidades e potencialidades.

Cabe ressaltar ainda que, no que se refere ao educador, espera-se que este profissional seja "capaz de lidar com as diferentes necessidades dos alunos, independentemente de suas origens, culturas e contextos" (Costa Júnior et al., 2023, p.1).

Neste sentido, a educação especial e inclusiva no Brasil é amparada por uma série de marcos legais que garantem o direito à educação para todos os estudantes. Entre os principais, destacam-se:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996): A LDB estabelece que a educação especial é uma modalidade de ensino que deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo aos alunos com deficiência o acesso ao currículo comum e a oferta de serviços de apoio especializado (Brasil, 1996). A lei também prevê a flexibilização curricular e a adaptação de metodologias para atender às necessidades específicas desses alunos.
- Lei Brasileira de Inclusão (LBI - Lei nº 13.146/2015): Conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, a LBI reforça o direito à educação inclusiva em todos os níveis de ensino, proibindo a cobrança de taxas adicionais e garantindo a oferta de recursos de acessibilidade e tecnologias assistivas (Brasil, 2015). A lei também prevê a formação continuada de professores e a participação da família no processo educativo.
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008): Esta política redefine a educação especial como uma modalidade transversal, que perpassa todos os

níveis e etapas da educação básica. Seu objetivo é garantir a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na escola regular, com o suporte do Atendimento Educacional Especializado (AEE) (Brasil, 2008). A política também enfatiza a importância da colaboração entre os profissionais da educação e a comunidade escolar.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço complementar à escolarização regular, oferecido em salas de recursos multifuncionais ou em centros especializados. Seu objetivo é eliminar barreiras que possam impedir a participação plena dos alunos com deficiência no processo educativo, por meio de estratégias pedagógicas e recursos específicos (Brasil, 2008). O AEE não substitui o ensino regular, mas atua de forma articulada com ele, garantindo que os alunos tenham acesso ao currículo comum e desenvolvam suas potencialidades.

Entre as principais atribuições do AEE, destacam-se:

- A elaboração e a implementação de planos de atendimento individualizados, que consideram as necessidades específicas de cada aluno.
- A utilização de tecnologias assistivas, como softwares, equipamentos e materiais pedagógicos adaptados.
- A orientação de professores e familiares sobre práticas inclusivas e estratégias de apoio ao aprendizado.
- A promoção de atividades que estimulem a autonomia, a comunicação e a socialização dos alunos (Brasil, 2008).

O AEE é, portanto, um pilar fundamental para a efetivação da educação inclusiva, pois oferece o suporte necessário para que os alunos com deficiência possam superar desafios e alcançar seus objetivos educacionais.

2.5 INTERSEÇÃO ENTRE BNCC E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representa um avanço significativo no diálogo entre as políticas educacionais e as demandas da educação inclusiva. Ao estabelecer as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo da Educação Básica, a BNCC reforça o compromisso com a equidade e a inclusão, garantindo que nenhum aluno seja excluído do processo educativo (Brasil, 2017). Nesse sentido, o documento não apenas reconhece a diversidade como um

valor fundamental, mas também propõe estratégias concretas para que as escolas possam atender às necessidades de todos os estudantes, incluindo aqueles da educação especial.

A BNCC está alinhada com os princípios da educação inclusiva ao defender que a escola deve ser um espaço acolhedor, no qual as diferenças são respeitadas e valorizadas. O documento prevê a flexibilização curricular, a adaptação de metodologias e a utilização de recursos pedagógicos diferenciados, que permitam a participação efetiva de todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou sociais (Brasil, 2017).

Além disso, a BNCC enfatiza a importância da colaboração entre os profissionais da educação, das famílias e da comunidade escolar para a promoção da inclusão. O documento sugere que as escolas adotem práticas pedagógicas que promovam a participação ativa de todos os estudantes, criando um ambiente de aprendizagem colaborativo e respeitoso (Brasil, 2017). Essa perspectiva reforça a ideia de que a inclusão não é responsabilidade apenas dos professores, mas de toda a comunidade escolar.

As competências gerais da BNCC são um dos elementos mais inovadores do documento, pois orientam o desenvolvimento integral dos estudantes, preparando-os não apenas para o mercado de trabalho, mas também para o exercício da cidadania e a vida em sociedade. Essas competências estão diretamente relacionadas à educação inclusiva, pois reforçam a importância de valores como respeito, empatia e colaboração.

Entre as competências gerais, a Competência 10 merece destaque especial no contexto da inclusão. Ela propõe que os estudantes devem agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários (Brasil, 2017). Essa competência enfatiza a importância de uma educação que valorize a diversidade e promova a participação de todos, independentemente de suas condições ou características.

A Competência 10 está diretamente relacionada à educação inclusiva, pois reforça a ideia de que a escola deve ser um espaço de convivência democrática, no qual todos são respeitados e têm voz. Ela também incentiva os estudantes a desenvolverem atitudes de respeito e solidariedade, que são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva (Mantoan, 2015). Ao trabalhar essa competência em sala de aula, os professores podem promover práticas pedagógicas que valorizem as diferenças e incentivem a colaboração entre os alunos.

Além da Competência 10, outras competências gerais da BNCC também dialogam com a inclusão, como a Competência 1, que propõe o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes que permitam aos estudantes compreender e transformar a realidade, e a Competência 9, que enfatiza a importância do diálogo e da resolução de conflitos (Brasil, 2017). Essas competências

reforçam a ideia de que a educação deve ser um instrumento de transformação social, capaz de promover a inclusão e o respeito às diferenças.

3 DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA BNCC

A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no contexto da educação especial e inclusiva representa um avanço significativo, mas também traz à tona uma série de desafios que precisam ser enfrentados para que seus princípios sejam efetivados na prática escolar. Embora a BNCC defenda a equidade, a inclusão e a garantia de aprendizagens essenciais para todos os estudantes, a realidade das escolas brasileiras ainda está distante desse ideal, especialmente no que diz respeito à educação de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (Brasil, 2017).

Neste sentido, Santos et al. (2022, p. 132) reforça que "o processo educativo não é função apenas dos professores e da escola, mas, compete também à família". Isto porque, como destaca Costa Júnior et al. (2022), a educação não se resume unicamente ao ambiente escolar, indo além dos muros da escola e se fazendo todo dia, em todo lugar.

Dito isso, é importante dizer que os desafios enfrentados podem ser categorizados em três dimensões principais: estruturais, curriculares e pedagógicos, e culturais e sociais. Cada uma dessas dimensões reflete obstáculos específicos que precisam ser superados para que a BNCC possa cumprir seu papel de promover uma educação verdadeiramente inclusiva. Neste capítulo, serão abordados os desafios estruturais, que incluem a falta de infraestrutura e recursos nas escolas, bem como as dificuldades na formação docente para atuar com a diversidade.

3.1 DESAFIOS ESTRUTURAIS

Um dos principais desafios para a implementação da BNCC no contexto da educação especial é a falta de infraestrutura adequada nas escolas brasileiras. Muitas instituições de ensino não dispõem de recursos básicos, como rampas de acesso, banheiros adaptados, salas de recursos multifuncionais e tecnologias assistivas, que são essenciais para garantir a acessibilidade e a participação efetiva dos alunos com deficiência (Mantoan, 2015). A ausência desses recursos cria barreiras físicas e simbólicas que impedem que os estudantes tenham acesso pleno ao currículo e às atividades escolares.

Além disso, a escassez de recursos financeiros e materiais limita a capacidade das escolas de investir em adaptações e melhorias necessárias para atender às demandas da educação inclusiva. Muitas vezes, os gestores escolares enfrentam dificuldades para obter financiamento e apoio governamental, o que resulta em um cenário de precariedade e improvisação (Brasil, 2008). Essa

situação é ainda mais crítica em regiões periféricas e rurais, onde as escolas já enfrentam desafios adicionais, como a falta de transporte escolar e a carência de profissionais qualificados.

Outro desafio estrutural significativo é a formação insuficiente dos professores para atuar com a diversidade em sala de aula. A BNCC exige que os educadores adotem práticas pedagógicas inclusivas, que respeitem as necessidades e os ritmos de aprendizagem de todos os alunos. No entanto, muitos professores não receberam, durante sua formação inicial, os conhecimentos e as habilidades necessárias para lidar com a educação especial e inclusiva (Mantoan, 2015).

A formação continuada, embora essencial, também enfrenta obstáculos, como a falta de oferta de cursos específicos, a escassez de tempo dos professores para participar de capacitações e a ausência de políticas públicas que incentivem e financiem essa formação (Brasil, 2008). Como resultado, muitos educadores se sentem despreparados para lidar com situações que exigem adaptações curriculares, uso de tecnologias assistivas e estratégias pedagógicas diferenciadas.

Essa lacuna na formação docente tem um impacto direto na qualidade da educação oferecida aos alunos da educação especial. Sem o suporte adequado, os professores podem adotar práticas excludentes ou reproduzir estereótipos e preconceitos, reforçando as barreiras que a BNCC busca eliminar (Mantoan, 2015). Portanto, investir na formação inicial e continuada dos professores é um passo fundamental para superar os desafios estruturais da educação inclusiva.

3.2 DESAFIOS CURRICULARES E PEDAGÓGICOS

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) prevê a necessidade de adaptações curriculares para garantir que todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, tenham acesso às aprendizagens essenciais (Brasil, 2017). No entanto, a implementação dessas adaptações ainda é um desafio significativo para muitas escolas e professores, que muitas vezes não dispõem de orientações claras ou recursos adequados para realizar essas modificações de forma eficaz.

As adaptações curriculares podem incluir desde a simplificação de conteúdos e a utilização de materiais didáticos alternativos até a modificação de metodologias e estratégias de ensino, de modo a atender às necessidades específicas de cada aluno (Mantoan, 2015). Por exemplo, um aluno com deficiência visual pode necessitar de materiais em braille ou audiodescrição, enquanto um aluno com autismo pode se beneficiar de rotinas estruturadas e suportes visuais. Essas adaptações exigem não apenas conhecimento técnico, mas também criatividade e flexibilidade por parte dos professores.

Um dos principais desafios nesse processo é a falta de diretrizes claras sobre como realizar adaptações curriculares sem comprometer os objetivos de aprendizagem propostos pela BNCC.

Muitos professores se sentem inseguros em relação ao que pode ou não ser adaptado, temendo que as mudanças prejudiquem a qualidade do ensino ou a preparação dos alunos para avaliações externas (Brasil, 2008). Além disso, a ausência de suporte técnico e pedagógico dificulta a elaboração e a implementação de planos de atendimento individualizados, que são essenciais para a efetivação da inclusão.

A avaliação inclusiva é outro desafio central no contexto da educação especial e inclusiva. A BNCC propõe que as avaliações sejam adaptadas às necessidades dos alunos, garantindo que todos possam demonstrar suas aprendizagens de forma justa e significativa (Brasil, 2017). No entanto, na prática, muitas escolas ainda adotam modelos avaliativos padronizados, que não consideram as particularidades dos estudantes com deficiência ou outras necessidades educacionais especiais.

A avaliação inclusiva requer a utilização de instrumentos e critérios diversificados, que levem em conta as diferentes formas de expressão e comunicação dos alunos. Por exemplo, um aluno com deficiência intelectual pode necessitar de mais tempo para realizar uma prova, enquanto um aluno com deficiência física pode precisar de um suporte tecnológico para registrar suas respostas (Mantoan, 2015). Além disso, é importante que as avaliações considerem não apenas o desempenho acadêmico, mas também o progresso individual e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais.

Um dos principais obstáculos para a implementação da avaliação inclusiva é a resistência cultural em relação a mudanças nos processos avaliativos. Muitos professores e gestores ainda acreditam que a padronização das avaliações é necessária para garantir a "igualdade" entre os alunos, sem perceber que essa abordagem pode excluir ou marginalizar aqueles que não se enquadram nos padrões convencionais (Brasil, 2008). Para superar esse desafio, é fundamental promover uma mudança de mentalidade, enfatizando que a avaliação inclusiva não significa "facilitar" o processo, mas sim garantir que todos os alunos tenham oportunidades reais de demonstrar suas aprendizagens.

Outro aspecto importante é a formação dos professores para a realização de avaliações inclusivas. Muitos educadores não receberam, durante sua formação inicial, os conhecimentos e as habilidades necessárias para elaborar e aplicar instrumentos avaliativos adaptados (Mantoan, 2015). Portanto, investir em formação continuada e em suporte técnico é essencial para que os professores possam adotar práticas avaliativas mais justas e significativas.

3.3 DESAFIOS CULTURAIS E SOCIAIS

A implementação da educação inclusiva, conforme proposto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), enfrenta não apenas desafios estruturais e pedagógicos, mas também barreiras culturais e sociais que dificultam sua efetivação. Uma dessas barreiras é a resistência à inclusão por

parte de alguns atores da comunidade escolar, incluindo professores, gestores, funcionários e até mesmo famílias de alunos sem deficiência (Mantoan, 2015). Essa resistência muitas vezes se manifesta por meio de atitudes e discursos que questionam a viabilidade da inclusão, argumentando que a presença de alunos com deficiência em salas regulares pode "atrasar" o aprendizado dos demais ou sobrecarregar os professores.

Essa resistência pode ser atribuída a uma série de fatores, como a falta de informação sobre as potencialidades dos alunos com deficiência, o medo do desconhecido e a cultura escolar tradicional, que valoriza a homogeneidade e a padronização em detrimento da diversidade (Brasil, 2008). Além disso, muitos profissionais da educação não se sentem preparados para lidar com a inclusão, o que gera insegurança e resistência em relação às mudanças necessárias.

Para superar essa resistência, é fundamental promover uma mudança cultural na escola, que envolva a sensibilização e a capacitação de todos os atores da comunidade escolar. Isso inclui a realização de palestras, oficinas e debates sobre a importância da inclusão, bem como a criação de espaços de diálogo e colaboração entre professores, gestores, famílias e alunos (Mantoan, 2015). A gestão escolar desempenha um papel crucial nesse processo, ao fomentar uma cultura de acolhimento e respeito às diferenças.

Outro desafio significativo no contexto da educação inclusiva é o estigma e o preconceito em relação aos alunos com deficiência. Apesar dos avanços legais e das campanhas de conscientização, muitas pessoas ainda associam a deficiência à incapacidade, desvalorizando as potencialidades e contribuições desses indivíduos (Mantoan, 2015). Esse estigma se reflete em atitudes discriminatórias e exclusivas, que podem ocorrer tanto no ambiente escolar quanto na sociedade em geral.

No contexto escolar, o preconceito pode se manifestar de diversas formas, como a exclusão social dos alunos com deficiência, a baixa expectativa em relação ao seu desempenho e a falta de oportunidades para que eles participem de atividades extracurriculares ou assumam papéis de liderança (Brasil, 2008). Essas atitudes não apenas prejudicam o desenvolvimento acadêmico e socioemocional dos alunos com deficiência, mas também reforçam estereótipos negativos que dificultam a construção de uma cultura inclusiva.

O combate ao estigma e ao preconceito exige uma abordagem multifacetada, que inclua a educação para a diversidade, a promoção de práticas inclusivas e a valorização das conquistas dos alunos com deficiência. A escola pode, por exemplo, desenvolver projetos interdisciplinares que abordem temas como direitos humanos, diversidade e inclusão, envolvendo toda a comunidade escolar nessa reflexão (Mantoan, 2015). Além disso, é importante que os professores e gestores adotem uma postura proativa, intervindo sempre que ocorrerem situações de discriminação ou exclusão.

Outra estratégia eficaz é a participação das famílias no processo educativo, tanto dos alunos com deficiência quanto dos demais. Ao envolver as famílias em atividades e projetos escolares, a escola pode promover uma maior compreensão e aceitação das diferenças, contribuindo para a construção de uma comunidade mais inclusiva e solidária (Brasil, 2008).

4 PRÁTICAS INCLUSIVAS NA PERSPECTIVA DA BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não apenas estabelece diretrizes para a educação inclusiva, mas também oferece subsídios para a implementação de práticas pedagógicas que promovam a participação e o desenvolvimento de todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (Brasil, 2017). Nesse sentido, a BNCC reforça a importância de estratégias pedagógicas inovadoras e inclusivas, que respeitem as singularidades de cada aluno e garantam o acesso às aprendizagens essenciais.

Este capítulo abordará algumas das principais estratégias pedagógicas que podem ser adotadas pelas escolas para promover a inclusão, alinhadas aos princípios da BNCC. Entre elas, destacam-se o uso de tecnologias assistivas e recursos multifuncionais, a realização de projetos interdisciplinares e a implementação de práticas de tutoria entre pares e trabalho colaborativo.

4.1 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

As tecnologias assistivas são ferramentas essenciais para garantir a acessibilidade e a participação efetiva dos alunos com deficiência no processo educativo. Essas tecnologias incluem softwares, equipamentos e dispositivos que auxiliam na comunicação, na mobilidade e no aprendizado, como leitores de tela, lupas eletrônicas, teclados adaptados e softwares de comunicação alternativa (Mantoan, 2015). A BNCC reforça a importância desses recursos ao propor que as escolas adotem práticas pedagógicas que considerem as necessidades específicas de cada aluno, garantindo que todos tenham acesso ao currículo comum.

Sabendo-se que “a evolução da tecnologia assistiva está diretamente ligada aos avanços tecnológicos e às demandas crescentes por inclusão e acessibilidade” (Da Silva, 2024, p.4).

Mas além das tecnologias assistivas, os recursos multifuncionais também desempenham um papel crucial na promoção da inclusão. As salas de recursos multifuncionais, por exemplo, oferecem um ambiente equipado com materiais pedagógicos adaptados, onde os alunos com deficiência podem receber atendimento especializado, complementar ao ensino regular (Brasil, 2008). Esses recursos permitem que os alunos superem barreiras e desenvolvam suas potencialidades, contribuindo para uma educação mais equitativa e inclusiva.

Costa Júnior et al. (2023) destaca que a Inteligência Artificial pode ser uma poderosa parceira na educação. De acordo com o autor, a inteligência artificial pode auxiliar estudantes com necessidades especiais a se tornarem mais acessíveis através de recursos personalizados e ajustados às suas demandas. A Inteligência Artificial possibilita a criação de ambientes inclusivos, assegurando que todos os estudantes tenham igualdade de acesso e chances de aprendizado.

Os projetos interdisciplinares são uma estratégia pedagógica poderosa para promover a inclusão, pois integram diferentes áreas do conhecimento e envolvem os alunos em atividades práticas e significativas. A BNCC incentiva a realização de projetos que abordem temas relevantes para a comunidade escolar, como diversidade, sustentabilidade e cidadania, promovendo a colaboração e o respeito às diferenças (Brasil, 2017).

A tutoria entre pares e o trabalho colaborativo são estratégias pedagógicas que promovem a inclusão ao estimular a interação e a cooperação entre os alunos. Na tutoria entre pares, alunos com diferentes habilidades e conhecimentos trabalham juntos, ajudando-se mutuamente no processo de aprendizagem (Brasil, 2008). Essa prática não apenas beneficia os alunos com deficiência, que recebem suporte personalizado, mas também contribui para o desenvolvimento de habilidades como empatia, responsabilidade e liderança entre os demais estudantes.

O trabalho colaborativo, por sua vez, envolve a realização de atividades em grupo, nas quais os alunos precisam colaborar para alcançar um objetivo comum. A BNCC valoriza essa abordagem ao propor que os estudantes desenvolvam competências como comunicação, empatia e resolução de problemas, que são essenciais para a vida em sociedade (Brasil, 2017). Ao trabalhar em equipe, os alunos aprendem a valorizar as diferenças e a contribuição de cada membro do grupo, criando um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e respeitoso.

4.2 O PAPEL DO PROFESSOR E DA GESTÃO ESCOLAR

A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no contexto da educação inclusiva exige que os professores estejam preparados para lidar com a diversidade em sala de aula. No entanto, muitos profissionais da educação não receberam, durante sua formação inicial, os conhecimentos e as habilidades necessárias para atuar com alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (Mantoan, 2015). Por isso, a formação continuada é essencial para capacitar os professores a adotarem práticas pedagógicas inclusivas, alinhadas aos princípios da BNCC.

A formação continuada deve incluir não apenas conhecimentos teóricos sobre educação especial e inclusiva, mas também estratégias práticas que possam ser aplicadas no cotidiano escolar.

Isso envolve o aprendizado de técnicas de adaptação curricular, o uso de tecnologias assistivas e a elaboração de planos de atendimento individualizados (Brasil, 2008). Além disso, é importante que os professores tenham acesso a cursos, oficinas e palestras que abordem temas como empatia, diversidade e resolução de conflitos, contribuindo para a criação de um ambiente escolar mais acolhedor e respeitoso.

A gestão democrática e participativa é outra ferramenta fundamental para a promoção da inclusão nas escolas. A BNCC reforça a importância da participação de todos os atores da comunidade escolar – professores, gestores, funcionários, alunos e famílias – na construção de uma cultura inclusiva (Brasil, 2017). A gestão democrática envolve a criação de espaços de diálogo e colaboração, nos quais as decisões são tomadas coletivamente e as diferenças são valorizadas.

Um exemplo de gestão democrática é a realização de conselhos escolares, que reúnem representantes de todos os segmentos da comunidade escolar para discutir e planejar ações voltadas para a inclusão. Esses conselhos podem, por exemplo, definir prioridades para o uso de recursos financeiros, propor projetos pedagógicos inclusivos e acompanhar a implementação das diretrizes da BNCC (Mantoan, 2015). A participação das famílias é especialmente importante nesse processo, pois elas podem oferecer insights valiosos sobre as necessidades e potencialidades dos alunos com deficiência.

A gestão democrática também envolve a transparência e a prestação de contas, que são essenciais para garantir que as políticas e práticas inclusivas sejam efetivamente implementadas. Os gestores escolares devem comunicar de forma clara e acessível as ações realizadas e os resultados alcançados, promovendo a confiança e o engajamento da comunidade escolar (Brasil, 2008). Além disso, é importante que os gestores adotem uma postura proativa, buscando parcerias com instituições especializadas e organizações da sociedade civil que possam oferecer suporte técnico e financeiro para a promoção da inclusão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou analisar a educação especial na perspectiva da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), destacando os desafios e as práticas inclusivas que podem contribuir para a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva. Ao longo do texto, foram discutidos os princípios norteadores da BNCC, como equidade, inclusão e garantia de aprendizagens essenciais, e como eles dialogam com as diretrizes da educação especial e inclusiva. Também foram abordados os desafios estruturais, pedagógicos e culturais que dificultam a implementação da BNCC, bem como estratégias pedagógicas que podem inspirar outras escolas e redes de ensino.

A BNCC representa um avanço significativo no que diz respeito à educação inclusiva, ao propor que todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou sociais, tenham acesso às aprendizagens essenciais. No entanto, a efetivação desses princípios ainda enfrenta obstáculos significativos, como a falta de infraestrutura adequada, a formação insuficiente dos professores e a resistência cultural à inclusão. Para superar esses desafios, é fundamental que as escolas adotem práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas, que respeitem as singularidades de cada aluno e promovam a participação ativa de todos.

Para que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) possa cumprir seu papel de promover uma educação verdadeiramente inclusiva, é essencial que gestores, professores e formuladores de políticas públicas adotem medidas concretas e coordenadas. Gestores escolares devem priorizar a gestão democrática e participativa, criando espaços de diálogo e colaboração que envolvam toda a comunidade escolar – professores, funcionários, alunos e famílias – na construção de uma cultura inclusiva. Além disso, é fundamental que os gestores invistam na formação continuada dos professores, oferecendo cursos, oficinas e palestras que abordem práticas pedagógicas inclusivas, uso de tecnologias assistivas e estratégias de adaptação curricular. Outra ação importante é garantir a acessibilidade física e pedagógica nas escolas, adaptando os espaços físicos, adquirindo recursos como tecnologias assistivas e materiais pedagógicos adaptados, e criando salas de recursos multifuncionais que atendam às necessidades dos alunos com deficiência.

Os professores, por sua vez, desempenham um papel central na implementação das diretrizes da BNCC. É recomendável que adotem práticas pedagógicas inclusivas, como a flexibilização curricular, o uso de tecnologias assistivas e a realização de projetos interdisciplinares que promovam a participação ativa de todos os alunos. A participação em processos de formação continuada é igualmente crucial, pois permite que os professores atualizem seus conhecimentos e habilidades para atuar com a diversidade em sala de aula. Além disso, os professores devem promover a colaboração e o diálogo entre os alunos, criando um ambiente de aprendizagem acolhedor e respeitoso, no qual as diferenças são valorizadas e celebradas.

Já os formuladores de políticas públicas têm a responsabilidade de garantir o financiamento adequado para a implementação das diretrizes da BNCC, especialmente em regiões periféricas e rurais, onde as escolas enfrentam desafios adicionais. É necessário desenvolver políticas de formação continuada para professores, com foco em práticas inclusivas e no uso de tecnologias assistivas, além de fomentar a criação de redes de apoio entre escolas, instituições especializadas e organizações da sociedade civil. Essas redes podem promover a troca de experiências e boas práticas, fortalecendo a

capacidade das escolas de oferecer uma educação de qualidade para todos os estudantes, independentemente de suas condições ou características.

A educação especial na perspectiva da BNCC apresenta tanto desafios quanto possibilidades. Por um lado, a BNCC oferece um marco normativo que reforça o compromisso com a inclusão e a equidade, propondo estratégias concretas para garantir que todos os estudantes tenham acesso às aprendizagens essenciais. Por outro lado, a implementação dessas diretrizes ainda enfrenta barreiras significativas, que exigem um esforço conjunto de gestores, professores, famílias e formuladores de políticas públicas.

Um dos principais desafios é a falta de recursos e infraestrutura adequada, que limita a capacidade das escolas de oferecer um ambiente acessível e inclusivo. Além disso, a formação insuficiente dos professores e a resistência cultural à inclusão dificultam a adoção de práticas pedagógicas que respeitem as diferenças e promovam a participação ativa de todos os alunos. Esses desafios são agravados pela desigualdade regional, que faz com que escolas em áreas periféricas e rurais enfrentem dificuldades ainda maiores para implementar as diretrizes da BNCC.

No entanto, as possibilidades oferecidas pela BNCC são igualmente significativas. O documento propõe uma educação que valoriza a diversidade e promove o desenvolvimento integral dos estudantes, preparando-os não apenas para o mercado de trabalho, mas também para o exercício da cidadania e a vida em sociedade. A BNCC também incentiva a adoção de práticas pedagógicas inovadoras, como o uso de tecnologias assistivas, a realização de projetos interdisciplinares e a implementação de avaliações inclusivas, que podem contribuir para a construção de uma escola mais justa e equitativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 10 jan. 2025.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>. Acesso em 12 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc>. Acesso em 28 jan. 2025.

COSTA JÚNIOR, J. F. et al. As Metodologias Ativas no processo de Ensino/Aprendizagem e a autonomia docente: um breve estudo sob a ótica de John Dewey. In: SILVEIRA, Resiane Paula de (org.). Traços e Reflexões: Educação e Ensino -Volume 5. Formiga: Editora Uniesmero, 2022. p.43-63. Disponível em: <https://www.uniesmero.com.br/2022/12/tracos-e-reflexoes-5.html>. Acesso em 21 jan. 2025.

COSTA JÚNIOR, J. F. et al. O futuro da aprendizagem com a Inteligência Artificial aplicada à Educação 4.0. RECHSO - Revista Educação, Humanidades e Ciências Sociais, v. 07, n. 14, p. e00094–e00094, 2023. Disponível em: <https://periodicos.educacaotransversal.com.br/index.php/rechso/article/view/94>. Acesso em 20 jan. 2025.

COSTA JÚNIOR, J. F. et al. O professor do futuro: habilidades e competências necessárias para atuar em uma sociedade em mudança. RECHSO - Revista Educação, Humanidades e Ciências Sociais, V. 07. N.13, p. 01–19, 2023. DOI: 10.55470/rechso.00072. Disponível em: <https://periodicos.educacaotransversal.com.br/index.php/rechso/article/view/72>. Acesso em 15 jan. 2025.

DA SILVA, C. A. Tecnologias assistivas para alunos com necessidades especiais. Revista Internacional de Estudos Científicos, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 1–12, 2024. DOI: 10.61571/riec.v2i2.152. Disponível em: <https://periodicos.educacaotransversal.com.br/index.php/riec/article/view/152>. Acesso em 3 fev. 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Summus Editorial, 2015.

ONU. Organização das Nações Unidas. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em 01 fev. 2025.

SANTOS, A. F. et al. Influência Social: A participação da família na aprendizagem dos filhos. Rebena - Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem, [S. l.], v. 3, p. 132–152, 2022. Disponível em: <https://rebena.emnuvens.com.br/revista/article/view/30>. Acesso em 10 fev. 2025.

UNESCO. Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas em Educação Especial. Salamanca: UNESCO, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 08 fev. 2025.

UNESCO. Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Ação - Rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos. Paris: UNESCO, 2015. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000243278_por/PDF/243278por.pdf.multi. Acesso em 10 fev. 2025.